

Patrocínio acusa Tesouro de reter R\$ 17,9 bi da Saúde

"A questão não é a falta de recursos", constata senador, ao mostrar que governo está usando em outra atividade um dinheiro que tem destinação específica

Tebet defende a vigilância da Amazônia

O valor estratégico da Amazônia exige ações para coibir problemas como contrabando, narcotráfico e desrespeito à fronteira, disse sexta-feira o senador Ramez Tebet. Ele defendeu o trabalho que o governo faz no local, através do Projeto Sivam. **Página 2**

Venda da Vale é erro político, alerta Emília

Página 3

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou sexta-feira que o Tesouro Nacional reteve, em 1995, R\$ 7,6 bilhões dos valores arrecadados da Cofins e da contribuição sobre o lucro das empresas, e até outubro de 1996 mais R\$ 10,3 bilhões, dinheiro que deveria ser repassado para a Saúde e para a Assistência e Previdência Social.

- A questão não é a falta de recursos. O governo está tirando um dinheiro que tem uma destinação específica - frisou Patrocínio, para quem a saúde do País "está na UTI, no balão de oxigênio, e parece que vai faltar oxigênio". Ele entende que "a situação é gravíssima, e não é por outra coisa que o ex-ministro Jatene se demitiu".

O senador disse que, no Tocantins, está faltando todo tipo de medicamento. Afirmou



Carlos Patrocínio

também que, das 50 mil vacinas tríplices que seriam destinadas ao estado, apenas 10 mil serão enviadas pelo Ministério da Saúde. Patrocínio acrescentou que os laboratórios farmacêuticos suspenderam a produção de medicamentos básicos, para doenças como malária, Aids e leishmaniose, porque têm a receber do governo aproximadamente R\$ 48 milhões.

Segundo Patrocínio, cerca de R\$ 300 milhões foram contingenciados para o Ministério da Saúde, mas ainda não repassados. Ele disse que um assessor do ministério informou à Subcomissão de Saúde da Comissão de Seguridade e Família da Câmara dos Deputados que seriam necessários R\$ 1 bilhão e 300 milhões "para que a Saúde chegasse, ainda que combatida, até janeiro".

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou a necessidade de se encontrar uma solução urgente para a Saúde. Já a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) informou ter encaminhado à Mesa do Senado requerimento solicitando a presença do ministro interino da Saúde para que preste esclarecimentos sobre o repasse de recursos e sobre as dúvidas com os laboratórios farmacêuticos.

Loyola: Seguradoras devem contribuir com a Defesa Civil

O senador Henrique Loyola (PMDB-SC) sugeriu que as instituições seguradoras contribuam financeiramente com o sistema de Defesa Civil, destinando-lhe uma parcela da receita produzida pelos prêmios de seguros, como já acontece em vários outros países. Segundo o senador, as seguradoras "são as que mais lucram com a ação dos bombeiros voluntários, patrocinados por empresas, pessoas físicas e municipalidades, e dos bombeiros militares".

A oportunidade de viabili-

zar o fortalecimento da Defesa Civil está, na opinião do senador, na regulamentação do mercado segurador, através de lei complementar. "Nessa regulamentação, deverão constar condições da participação da Defesa Civil no valor resultante dos prêmios de seguros arrecadados, para ampliar-se o número de corporações de bombeiros no País."



Henrique Loyola

Enquanto a lei complementar não for aprovada, a Defesa Civil no âmbito da administração federal continuará limitada pelos valores quase constrangedores que a ela são alocados pelo Orçamento: R\$ 243 milhões em 1996.

Frente a essa indigência, municípios dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul passaram a organizar corporações de bombeiros voluntários

mantidas por trabalho comunitário, discreto apoio financeiro dos governos estaduais e "marcante presença das municipalidades, empresas e pessoas físicas como contribuintes", destacou.

Presidente da corporação de bombeiros voluntários de Joinville e da Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina, Henrique Loyola frisou que o sucesso da experiência naquela cidade está sendo oferecido a outros países como uma espécie de "transferência de tecnologia".

Tebet apóia governo pela vigilância da Amazônia

Valor estratégico da região, segundo senador, exige ação contra contrabando de riquezas, narcotráfico, uso inadequado de recursos naturais ou mesmo desrespeito às fronteiras

Relator do projeto que resultou na nova resolução do Senado sobre o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou sexta-feira o governo pelas medidas adotadas para intensificar a segurança e proteção daquela região. Ele referia-se a uma comunicação recebida dos ministros da Aeronáutica e da Secretaria de Assuntos Estratégicos sobre providências que seguem todas as recomendações do Legislativo.



Ramez Tebet

Tebet disse que a Amazônia é uma região privilegiada, já que possui a maior reserva mundial de água doce, mais de um terço das florestas tropicais do planeta, um formidável acervo de biodiversidade e uma espetacular reserva de recursos minerais, com valores estimados em R\$ 1,6 trilhão. Isso tudo, em sua opinião, resulta em "preocupantes disputas por grupos de interesses econômi-

cos e políticos".

Ramez Tebet disse que o Senado jamais se omitirá nas decisões que busquem a proteção e o desenvolvimento da Amazônia brasileira, como a iniciativa do Projeto Sivam. No seu entender, o valor geopolítico e estratégico representado por essa região exige ações urgentes para coibir ilícitos ali praticados, como o contraban-

do de riquezas, o narcotráfico, o uso inadequado de recursos naturais ou mesmo o desrespeito às fronteiras, cujo controle é feito com dificuldades.

- Em vista de tal realidade, impõe-se o urgente fortalecimento da presença do Estado, por intermédio de suas instituições, notadamente aquelas responsáveis por educação e segurança - disse.

Comissão apura mortes de bebês

A comissão especial do Senado que apura a morte de dezenas de bebês no Hospital Materno-Infantil de Roraima colheu em Boa Vista, na sexta-feira (dia 29), os depoimentos de dezenas de pessoas ligadas ao hospital. "Os esclarecimentos foram dolorosos, mas importantes para a elucidação dos fatos e apu-

ração das responsabilidades", afirmou o presidente da comissão, senador Romero Jucá (PFL-RR).

A relatora da comissão, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), disse que pretende aprofundar ao máximo as investigações. Ela quer evitar que aconteça alguma injustiça durante a apuração das mortes que

vem sendo conduzida pelo Ministério Público. "Nenhuma dúvida poderá pairar sobre os trabalhos da comissão", frisou.

A senadora Sandra Guidi (PPB-SC) ponderou que a morte dos bebês em Roraima é o reflexo do caos em que se encontra o sistema de saúde do País.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

11h - Recebe o ministro da Marinha, Mauro César Rodrigues Pereira

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (03.12.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDL nº 74/96, que aprova o texto do Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o Brasil e a Argentina; *PDL nº 80/96, que aprova o Acordo de Cooperação entre o Governo do Brasil e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Criminoso; *PDL nº 83/96, que aprova o texto de protocolo de integração educacional no âmbito do Mercosul; e *PDL nº 88/96, que aprova o texto do Acordo Relativo à Isenção de Vistos entre o Brasil e Portugal.

COMISSÕES

Terça-feira (03.12.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PECs nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95, em tramitação conjunta, que tratam da edição de medidas provisórias. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação não terminativa de diversas matérias, destacando-se *PR nº 34/96, que altera a Resolução nº 69/95, para limitar a 98% o refinanciamento da dívida mobiliária dos estados e dos municípios; e

terminativa do *Substituto ao PLS nº 108/95, que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas; e *PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização.

Quarta-feira (04.12.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 41/95, que revoga o § 3º do art. 192 da Constituição, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano. **Matérias terminativas:** *PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); e *PLS nº 07/96, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Exposição do representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), João Carlos. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (05.12.96)

10h - Comissão Especial da Amazônia

Pauta: A ser definida. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 89/92 (não terminativo), que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoa portadora de deficiência; *PLS nº 136/95 (terminativo), que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas; e *PLS nº 180/95 (terminativo), que altera a redação da letra a do art. 75 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h30 - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Exposição do ministro do Trabalho, Paulo Paiva. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Privatização da Vale é erro político imperdoável, adverte Emília Fernandes

Senadora faz apelo ao plenário para que reconsidere decisão da CAE contrária a projeto que prevê exclusão de empresa da privatização

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) afirmou sexta-feira que a privatização da Companhia Vale do Rio Doce "é um erro político imperdoável, que permanecerá como uma das decisões mais prejudiciais ao desenvolvimento, à soberania e, acima de tudo, à dignidade nacional, já adota-



Emília

das em qualquer época da nossa História".

Ela fez um apelo para que a decisão não seja adotada sem exame do Senado, e disse esperar que o plenário reconsidere a votação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) contrária a projeto de José Eduardo Dutra (PT-SE) que dá poderes

ao Congresso para retirar empresas da privatização.

Em aparte, Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Francisco Escórcio (PFL-MA) apoiaram o pronunciamento da senadora. O líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES), afirmou que o Senado debaterá o edital de privatização da Vale. A senadora foi apartada também por Geraldo Melo (PSDB-RN).

Cafeteira comemora inauguração

A inauguração do edifício-sede do Conselho Federal de Contabilidade foi comemorada pelo senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) como uma vitória da classe. Ele destacou o esforço desenvolvido pelo presidente do órgão, José Maria Martins Mendes, para que se tornasse possível "a materialização dos mais acalentados sonhos dos contabilistas".



Cafeteira

Epitácio Cafeteira disse que o prédio, "planejado com concepções modernas de funcionalidade", dispõe até de um heliporto, "como demonstração de respeito à vida" e complementando o conjunto de normas de segurança contra incêndio.

Segundo o senador, os contabilistas têm, agora, uma nova estrutura administrativa, tecnocientífica e cultural que "funcionará voltada para a valorização e o engrandecimento da categoria profissional e dos mais elevados interesses do povo e da nação brasileira".

Gilvam defende viagens de FHC em busca de novas parcerias

Integrante da comitiva que acompanhou o presidente Fernando Henrique Cardoso na viagem ao continente africano, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) fez sexta-feira, em plenário, uma análise da necessidade que tem o Brasil de integrar-se à economia do mundo. Ele disse que o presidente deveria viajar mais frequentemente, tão valiosos, segundo o senador, são os resulta-



Gilvam

dos dessas missões diplomáticas.

Gilvam afirmou que o Brasil tem tudo para tomar-se a quarta economia do mundo, mas para isso precisa apressar suas iniciativas no sentido de ampliar seu comércio externo. "Não se fazem negócios com inimigos, é preciso fazer amigos no mundo. Daí por que é tão importante a política externa do presidente da República", explicou.

Benedita quer comissão permanente de direitos

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu a criação de uma Comissão Permanente de Direitos Humanos no Senado. Ela informou que já apresentou um projeto neste sentido, que teria como objetivo instrumentalizar o Legislativo federal para atuar nos casos em que se verificarem lesões dessa ordem vitimando pessoas ou grupos. A proposta está tramitando na Comissão de Infra-Estrutura da Casa.



Benedita

Benedita da Silva presidiu sexta-feira os trabalhos da Conferência Nacional dos Estudantes Universitários da Associação Brasil Soka Gakkai Internacional - BSGI, organização não-governamental dedicada aos direitos humanos e à educação, realizado no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal. No encontro foi debatido o tema "Os Desafios da Cidadania Global Rumo ao Terceiro Milênio".

Goiás exporta mais, constata Mauro Miranda

O crescimento das exportações do estado de Goiás, que chegaram, nos dez primeiros meses desse ano, a 57,7%, em comparação à média nacional de 3,78% no mesmo período do ano passado, foi comemorado pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que elogiou o empenho do povo goiano em fortalecer o desenvolvimento do estado no mercado internacional.



Mauro

- Graças ao desempenho alcançado pelas exportações, o secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Goiás, Erivan Bueno de Moraes, recebeu o prêmio "Destaque de Comércio Exterior", em solenidade presidida pelo ministro Francisco Dornelles, da Indústria, Comércio e Turismo, o que representa o reconhecimento do esforço do nosso estado - destacou.

Simon pede desligamento da CPI dos títulos



Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) comunicou ao plenário que enviou carta ao líder do PMDB no Senado, Jáder

Barbalho (PA), declinando da indicação de seu nome para integrar a CPI dos títulos públicos. Ele explicou que decidiu não participar formalmente como membro de qualquer comissão parlamentar de inquérito enquanto não for constituída a CPI dos Corruptores. Ele disse que a CPI "deixou de ser constituída em virtude da omissão de líderes do PSDB e do PFL em indicarem seus representantes".

Bezerra aponta interesse privado em campanhas contra o SUS

Para o senador, críticas partem de "grupos que se tornaram bilionários graças à exploração mercantilizada da medicina"

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) denunciou a existência de "insidiosa" campanha contra o Sistema Único de Saúde (SUS), comandada "por grupos que se tornaram bilionários graças à exploração mercantilizada da medicina". Ele considera "lamentável e preocupante" que parlamentares e técnicos respon-



Carlos Bezerra

sabilizem o SUS pelas tragédias que têm ocorrido no País na área da saúde.

- Afinal, a quem interessa o descrédito do nosso sistema de saúde, senão àqueles setores desejosos de retomar o poder de decisão e o controle absoluto das ações políticas de saúde, para melhor negociá-las no plano da peque-

na política e do fisiologismo? - indagou o senador.

Segundo Bezerra, a partir da Constituição de 1988, o SUS iniciou um processo de descentralização das ações e serviços de saúde, antes apoiados em estreita parceria entre o Estado e segmentos privados. A seu ver, a municipalização levada a cabo pelo SUS alterou os mecanismos decisórios e rompeu com o modelo anterior.

Benedita repele "denuncismo" contra Indesp

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou que o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), braço executivo do Ministério Extraordinário dos Esportes, está sendo submetido a um "denuncismo ingênuo, que por vezes beira a irresponsabilidade e a inconseqüência, sem a rigorosa apuração exigida pela ética".

Declarando não ter procuração do ministro Edson Arantes do Nascimento para defendê-lo, nem ser beneficiária de projetos financiados pelo ministério, Benedita manifestou sua surpresa pelo fato de, segundo afirmou, nenhum parlamentar ter assumido a defesa de Pelé, "inclusive aqueles que contam com o apoio do Indesp para realizar seus projetos".

Valmir elogia trabalho da Rede Sarah de Hospitais

Para o senador Valmir Campelo (PTB-DF), a Rede Sarah de Hospitais é uma exceção à regra no atendimento à saúde no País, "embora o setor, de um modo geral, encontra-se em coma profundo". Para o senador, uma administração competente como a dessa instituição mostra que a saúde no Brasil tem jeito.

- A qualidade dos serviços oferecidos pela Rede Sarah não constitui nenhuma mágica. Na verdade, a "mágica" do Sarah é pura e simplesmente dedicação. A filosofia da rede não con-

templa o lucro como finalidade da prática médica - disse Valmir Campelo.

Segundo o senador, a instituição, com quatro unidades hospitalares, situadas em Brasília, Salvador, São Luís e Belo Horizonte, além de duas em fase de construção, em Fortaleza e Natal, "é uma ilha de excelência, em meio ao caos que impera em nosso sistema de saúde como um todo, especialmente no que se refere à área de medicina do aparelho locomotor, figurando entre os melhores hospitais do mundo".



Valmir Campelo

celência, em meio ao caos que impera em nosso sistema de saúde como um todo, especialmente no que se refere à área de medicina do aparelho locomotor, figurando entre os melhores hospitais do mundo".

ES não tem latifúndios, diz Ignácio

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) disse que, no caso do Espírito Santo, as novas alíquotas do ITR



José Ignácio

"não devem ter o mesmo caráter punitivo dos latifúndios improdutivos", pois o estado não possui grandes propriedades.

Ignácio observou que, enquanto apenas 18% das terras agrícolas no País são ocupadas por pequenas propriedades, no Espírito Santo esse índice corresponde a 50%.

Iris presta homenagem a Odilon Santos

O senador Iris Rezende manifestou pesar, em seu nome e no dos senadores Mauro Miranda e Onofre Quinan, todos do PMDB de Goiás, pelo falecimento do empresário goiano Odilon Santos, dono das empresas de transporte Araguarina, Viação Goiânia e Anapolina.

- Um dos empresários de maior conteúdo cristão que conheci, o doutor Odilon era o maior empresário de Goiás na área de transporte de cargas e de passageiros. Deixa a imagem de empresário moderno e inovador - disse Iris.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GILVAM BORGES E

JEFFERSON PERES E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciê da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando

Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal